



FAVELA CONSUME MAIS ÁGUA

O consumo médio de um morador de uma favela carioca é de cerca de 600 litros por dia, enquanto o de um habitante do asfalto é, em média, de 50 litros diariamente, segundo arquiteta Alexandra Lichtenberg, que é uma das coordenadoras do programa Rio Cidade Sustentável



BIODIVERSIDADE MARINHA

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou que durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) será discutida uma nova regulamentação para as águas internacionais. O objetivo é criar mecanismos para proteger a diversidade genética do mar

O aço que engole a floresta

Carvão de mata nativa é usado para produzir ferro-gusa que alimenta grandes siderúrgicas

Cleide Carvalho

cleide.carvalho@sp.oglobo.com.br

Enviada especial • AÇAILÂNDIA (MA)

Fabricantes de aço e ferro-gusa instalados no entorno do polo de Carajás, na divisa do Pará com Maranhão, ainda usam em seus fornos carvão de mata nativa, parte dela extraída ilegalmente de terras protegidas, como a Reserva Biológica do Gurupi e terras indígenas da região. No Maranhão, são 111 mil quilômetros quadrados (km²) de terras no bioma Amazônia, dos quais mais de 71% já estão desmatados. Na prática, o que sobra de floresta em pé está dentro de áreas protegidas. A denúncia é da entidade ambientalista Greenpeace, que investigou o desmatamento na região durante os últimos dois anos. Na cadeia de produção do ferro-gusa são comuns também denúncias de trabalho escravo. O cenário de devastação não parece compatível com um país que vai sediar, daqui a um mês, a conferência da ONU Rio+20.

Em 2011, cerca de 40 trabalhadores foram resgatados de carvoarias no Maranhão, em operações do Ministério do Trabalho, feitas a partir de denúncias do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos. Num relatório que acaba de ser concluído, a ONG afirma que grandes empresas americanas, entre elas montadoras de automóveis, se abastecem com produtos que deixam rastros de degradação ambiental e miséria para comunidades do entorno.

O carvão é usado para fabricar ferro-gusa, que posteriormente é vendido para grandes siderúrgicas do mundo todo. Na aciaria, o ferro-gusa líquido é transformado em aço por meio da injeção de oxigênio puro, sob altíssima pressão. O uso de energia é intenso. Em 2011, o Brasil aumentou em 65% as exportações do produto. Para o Maranhão, o setor é sinônimo de riqueza. O minério de ferro e seus derivados correspondem a dois terços das vendas externas do estado, que somaram US\$ 3,047 bilhões em 2011. Dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) indicam que apenas quatro siderúrgicas instaladas em Açailândia (Viana Siderúrgica, Gusa Nordeste, Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré e Fergumar) exportaram perto de US\$ 390 milhões em 2011, sendo 87,88% deste valor para os Estados Unidos.

Um estudo do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) da Universidade Federal do Pará mostra que para cada tonelada de ferro-gusa são necessários 875 quilos de carvão vegetal. No caso de mata nativa, essa quantidade corresponde a pelo menos 600 metros quadrados de mata. Para piorar, os fornos primitivos em regiões de floresta são ineficientes, com perdas entre 40% e 50% do poder calorífico, segundo dados da Embrapa Cerrados.

O carvão vegetal pode ser obtido de florestas plantadas de eucalipto, mas a produção na região de Carajás é ainda insuficiente para alimentar os fornos. Do polo de Carajás saem 25% do ferro-gusa produzidos no Brasil. Sem um controle rígido da origem da madeira usada para fazer o carvão, o produto che-



Ismar Ingber/Greenpeace

FÁBRICA DA Gusa Nordeste, uma das siderúrgicas de Açailândia, no Maranhão, que, assim como outras da região, também usa carvão ilegal no processo de produção

Cleide Carvalho



Ismar Ingber/ Greenpeace

ga aos fornos misturado. São queimados desde pó de serrarias que cortaram árvores da floresta até troncos mais finos, extraídos de áreas onde tudo que era de valor já foi desmatado.

Uma investigação do Ministério Público Federal (MPF) do Pará mostrou que, para acobertar o uso de carvão ilegal, siderúrgicas operam até mesmo com guias emitidas por carvoarias de fachada. O alvo do relatório do Greenpeace no Maranhão é a Viana Siderúrgica. A empresa é fornecedora da siderúrgica de Columbus, no Mississippi, nos Estados Unidos, que é operada pela Severstal, da Rússia. A gigante do aço atende a montadoras como Ford, General Motors, BMW, Mercedes e Nissan.

Ao rastrear os negócios da Viana, a ONG detectou que a empresa chegou a comprar também da carvoaria Chapadão, que já foi punida pelo Ibama por uso de madeira ilegal, bem como pelo Ministério do Trabalho, que, numa ação recente, libertou 61 trabalhadores encontrados em situação análoga ao de trabalho escravo.



Procurada pelo GLOBO, a Viana não pôs executivos para dar entrevistas sobre a denúncia. No Instituto Carvão Cidadão de Açailândia, criado para monitorar uso de madeira ilegal e trabalho escravo na região, também não havia porta-vozes disponíveis.

Pai de seis filhos, José Carlos Ferreira Aguiar, 43 anos, estava entre os tra-



CAMINHÃO CARREGADO de toras de madeira oriunda de terra indígena. Abaixo, o trabalhador José Carlos Aguiar, resgatado em operação de combate ao trabalho escravo

balhadores resgatados pelo Ministério do Trabalho na carvoaria Chapadão em uma operação de combate ao trabalho escravo, em 2010. Junto com ele, estava seu filho, Alessandro Silva Aguiar, de 23 anos.

Basta um sobrevoo sobre a reserva de Gurupi para avistar clareiras de desmatamento, com centenas de troncos empilhados. Há cerca de dez dias, uma operação do Instituto Chico Mendes apreendeu 200 metros cúbicos de madeira extraída ilegalmente do local.

Nas terras indígenas da redondeza não é diferente. Ao visitar a terra indígena Arariboia, o GLOBO flagrou um caminhão carregado de toras de árvores provenientes da terra indígena.

Os madeireiros saem quando vem fiscalização. Quando as equipes vão embora, eles voltam. Acho que deveria haver uma vigilância mais permanente. A gente não pode fazer nada, mas ameaçam. Já tiraram cedro, mas ainda tem ipê. Mas agora que a madeira de lei está acabando, estão cortando árvore de madeira-branca para levar para carvoarias — diz o índio Frederico Guajajara, 31 anos.

— O país precisa de estratégias para prevenir a degradação ambiental e os danos antes que eles aconteçam. Todas as empresas receberão o relatório. Elas precisam fiscalizar suas cadeias de produção e devem ser cobradas pelo consumidor final. As pessoas não querem que a floresta da Amazônia seja destruída — afirma a agrônoma Tatiana Carvalho, do Greenpeace Brasil, uma das lideranças engajadas na campanha pelo desmatamento zero na Amazônia Legal.

No Pará, o MPF acaba de assinar um termo de ajustamento de conduta (TAC) com três siderúrgicas: Siderpar, Cosipar e Ibérica. O objetivo é que elas assumam a responsabilidade de fiscalizar a origem do carvão que compram e a inexistência de denúncias de trabalho escravo em relação a seus fornecedores.

Apenas a Cosipar, segundo o MPF, desmatou 66,88km² (6.668,7 hectares) de floresta amazônica entre 2007 e 2011, por adquirir carvão de empresas de fachada. De sete fornecedores da empresa investigados, cinco não existiam. Como cada hectare de reflorestamento tem custo de R\$ 3,2 mil, o passivo ambiental da empresa foi calculado em R\$ 21,5 milhões. Em nota no site, a Cosipar informa que está em busca de fontes alternativas de energia e que investe em reflorestamento. E aponta mais suspeitos: "Aproximadamente 40% do carvão vegetal produzidos no Pará são comprados pelas siderúrgicas do Maranhão, que não recebem fiscalização dos órgãos ambientais", diz a nota da empresa. ■

• RASTRO DE DESTRUIÇÃO ATÉ EM RESERVA INDÍGENA, na página 18

CONHEÇA LUGARES TÃO DISTANTES, ONDE SÓ SE CHEGA ATRAVÉS DE UM LIVRO.



Afinando a Língua :: terça-feira, 22h
Livros que Amei :: terça-feira, 22h30
Umás Palavras :: sexta-feira, 21h30

Parceiros mantenedores: CNU | FIESP | FUNAN | Fundação Brasileira | Fundação Ita Social | Fundação Vial | Gerdau | Rede Globo | SBRAE | Turner Broadcasting System | Votocastim



o canal que liga você

fbk.org.br



NO DOCUMENTO FINAL

Mudanças climáticas, biodiversidade, desertificação, desenvolvimento econômico e social estão entre os pontos que o governo brasileiro quer incluir no documento final da Rio+20. A entrada desses temas e o estabelecimento de metas para cada um deles vão medir o sucesso ou o fracasso da conferência



MENOS INCÊNDIOS NA AMAZÔNIA

A floresta amazônica deverá estar menos vulnerável a incêndios este ano, de acordo com a Nasa. O fogo deverá ficar na média ou abaixo da média em dez regiões amazônicas em Brasil, Bolívia e Peru. Neste ano, especialistas esperam mais chuvas por lá devido ao esfriamento do Pacífico Central e do Atlântico Norte

Fotos de Ismar Ingber/Greenpeace



CRIANÇAS DE Piquiá de Baixo junto à estrada de ferro Carajás, que mudou a vida da comunidade. População sofre de doenças de pele e problemas respiratórios. A água é recoberta por pó de ferro-gusa

Rastro de destruição até em reserva indígena

A ferrovia de Carajás era esperança para a comunidade que vive às margens da BR-222. O sonho hoje é ir embora

Cleide Carvalho
cleide.carvalho@sp.oglobo.com.br

Enviada especial

• **AÇAILÂNDIA (MA).** Do igarapé Piquiá, à beira da BR-222, brotam colunas gigantes de concreto. Formam quase uma fortaleza empinada em direção ao céu, por onde locomotivas arrastam quilômetros de vagões de minério de ferro num dos 892 km da Estrada de Ferro Carajás, operada pela Vale, que começa em Carajás, no Pará, e vai até o Porto de Itaqui, no Maranhão, levando, principalmente, minério de ferro.

Para alguns, é só uma ponte. Para os moradores da comunidade de Piquiá de Baixo, uma comunidade de Açailândia, era o sonho do desenvolvimento, do emprego, de dias melhores que seguiriam os rastros do trilho. Mas, além da ferrovia, as várias usinas de ferro-gusa nas proximidades poluem a região. É fim de tarde. Dona Angelita Oliveira, 60 anos, olha a ponte do outro lado da estrada. Ao lado do marido, calado após ter sido vítima de um AVC (acidente vascular cerebral), ela lembra que a vida nunca foi fácil, mas parecia melhor quando nos fundos de casa havia frutas, hortaliças. Além de peixes, que se escondiam sob as folhas de igarapés.

— Não foi o Piquiá que entrou no polo industrial, foi o polo industrial que entrou no Piquiá. No início, quando as empresas chegaram, a gente pensava que ia trazer muito benefício, emprego. Mas a maioria dos empregados veio de Minas Gerais, pois diziam que aqui não tinha gente qualificada. Depois, começou a vir o pó fino, as plantas foram queimando — conta dona Angelita. No Piquiá, não se fala em re-



OS PROFESSORES José Amorim e Anacleide Pereira lecionam em escola na terra indígena Arariboia

duzir a poluição. O sonho é ir embora. Mudar para um bairro novo, sem a poluição que causa uma infundável lista de problemas de saúde, de respiratórios a coceiras.

São cerca de 300 famílias e pouco mais de mil pessoas. Mas muitas casas estão vazias, como a de Maria Jacinta da Silva, 70, que largou a dela, de 13 cômodos, "com azulejo, minha filha", para morar de aluguel por R\$ 400. O rosto inchava, o corpo coçava e ela achou por bem ir embora. Há seis meses, quem desistiu foi Francisca Souza, 66 anos, 31 deles no Piquiá. Agora, só Deus sabe.

A luta pelo novo Piquiá já dura quase dez anos. Em março passado, a Justiça finalmente libe-

rou uma área de 38 mil hectares desapropriada em julho de 2011 pela Prefeitura de Açailândia, responsável pelo bairro. Agora, a espera é pelo dinheiro para construir casas e infraestrutura. — A gente chegou primeiro e a gente é que tem que sair — constata Welen de Melo, 54 anos, 32 deles no Piquiá.

Mas não tem jeito, resigna-se: — O ar é poluído, a água é poluída, a terra é poluída. Não tem como ficar.

Índios também se sentem acuados

Acuados. Assim também se sentem os índios no Maranhão. São 17 terras indígenas (TI) demarcadas no estado, onde vivem cerca de 32 mil índios. Na

região, nove caciques estão jurados de morte por denunciarem a derrubada de mata nativa e a ação dos traficantes, que amedrontam ou aliciam indígenas. Dois líderes indígenas já foram assassinados este ano. A cacique Maria Amélia Guajajara, 52 anos, foi morta com dois tiros no rosto dentro da aldeia Coquinho II, na terra indígena Canabrava, no último dia 28 de abril. Os assassinos eram dois homens, em uma moto. Ela estava denunciando tanto madeireiros quanto traficantes.

Um mês antes, o agente de saúde e líder indígena Francisco Guajajara, da terra indígena Bacurizinho, foi executado em uma emboscada no município de Grajaú. Em outubro passa-



Não foi o Piquiá que entrou no polo industrial, foi o polo industrial que entrou no Piquiá

Angelita Oliveira

O ar é poluído, a água é poluída, a terra é poluída. Não tem como ficar. A gente chegou primeiro e a gente é que tem que sair

Welen de Melo

da aldeia e professora da escola indígena, conta que os madeireiros tiram tudo o que tem valor da floresta.

— Antes a mata era aqui perto da aldeia. Agora, é longe. A mata é nossa proteção contra chuva, doença. Se acabarem as árvores, o que a caça vai comer? E como vamos comer a caça? — questiona Anacleide, enquanto a sogra prepara um moqueado de cotia (assado) para o rito de passagem de um bebê, que está prestes a ser desmamado.

Nas escolas da aldeia, falta material

As escolas da aldeia estão em situação lastimável. Uma foi erguida com verba do Banco Mundial (Bird). A outra, onde Anacleide leciona, foi doada por um italiano. Nelas estudam 447 crianças e adolescentes. As cadeiras estão quebradas ou simplesmente não existem. Falta material escolar. Anacleide disse ter sido informada de que, em 2011, havia sido liberada uma verba de R\$ 1,7 milhão para as escolas. Agora, diz ela, já falam em R\$ 1,3 milhão. O fato é que, até o momento, nada foi feito. O índio e professor José Amorim Filho, 31 anos, conta que eles recebem do estado para dar aula. Mas não sabe explicar porque recebem apenas dez salários por ano, já que, em tese, professores recebem também durante os períodos de férias escolares.

As terras indígenas Arariboia e Governador, onde vivem os índios Gavião, são separadas por um minúsculo povoado. Os índios gaviões já tomaram caminhões e tratores que encontram nas terras. Em tempos de sustentabilidade, a situação no Maranhão dá sinais claros de ser insustentável. ■